

A economia antiga como possibilidade de construção da alteridade no ensino da História Antiga

The Ancient Economy as a Possibility of Construction of Alterity in the Teaching of Ancient History

Alexandre Galvão Carvalho*

Lucas Werlang Girardi**

RESUMO

A economia antiga tem sido relegada a segundo plano no ensino da História Antiga, presente na proposta da BNCC. Seu caráter generalizante e pouco aprofundado não contribui para uma perspectiva que acentue a alteridade das atividades econômicas da Antiguidade, além de não incitar formas de comparação entre diferentes sociedades. O objetivo deste artigo é refletir sobre os conceitos e práticas econômicas, como as trocas, o comércio e o mercado à luz das novas perspectivas historiográficas, como uma forma de aprofundar a proposta de Ensino de História presente na BNCC e superar visões eurocêntricas atreladas à História e à Antiguidade.

Palavras-chave: Economia Antiga; Ensino de História; Alteridade.

ABSTRACT

Ancient economy has been relegated to the background in the teaching of Ancient History present in the BNCC proposal. Its generalizing and little-depth character does not contribute to a perspective that accentuates the alterity of the economic activities of Antiquity, in addition to not encouraging forms of comparison between different societies. The objective of this paper is to reflect on economic concepts and practices, such as exchanges, trade and market in the light of new historiographical perspectives how a way of deepening the proposal for History teaching presented at the BNCC and overcoming Eurocentric perspectives associated with History and antiquity.

Keywords: Ancient Economy; History Teaching; Alterity.

* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil. alexandre.galvao@uesb.edu.br <<https://orcid.org/0000-0002-4990-0742>>

** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, Brasil. lucaswgirardi@hotmail.com <<https://orcid.org/0000-0003-1353-3132>>

O Ensino de História Antiga tem passado por importantes transformações nas últimas décadas, decorrentes de novos paradigmas historiográficos da disciplina que promoveram um deslocamento do lugar da História Antiga no Ensino de História. Esse movimento é proveniente, em grande parte, mas não unicamente, de uma crescente produção bibliográfica, promovida por especialistas acerca da relação entre o antigo e o moderno e de questionamentos sobre a forma em que a disciplina História Antiga vem sendo ministrada no âmbito escolar. Livros sobre a Tradição Clássica e seu papel na constituição da memória nacional (CHEVITARESI; CORNELI; SILVA, 2008) e a multiplicação de artigos e dossiês sobre o ensino de História Antiga, a exemplo da edição de 2017 da *Revista Mare Nostrum* e da edição de 2021 da *Revista Heródoto*, demonstram a vitalidade da disciplina, distanciando-se de uma abordagem eurocêntrica e tornando-se mais próxima de questões e problemas de nossa própria realidade. Assim, uma perspectiva decolonial, antieurocêntrica, antiaristocrática e antielitista em nosso ambiente intelectual abre caminho para a constituição de uma escrita e de um ensino da Antiguidade, não se propondo apenas a reproduzir pesquisas e conclusões dos grandes centros de conhecimento do hemisfério norte, mas, ao dialogar com estes, em refletir e repensar a Antiguidade, sua pesquisa e seu ensino, no currículo e nas salas de aula brasileiras.

Nesse diapasão, procuraremos refletir neste artigo sobre as pesquisas e o ensino da economia antiga no seio das propostas pedagógicas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), procurando apresentar possibilidades de ensino desse tema por meio da desconstrução da naturalização do capitalismo, passando pela elaboração de uma alteridade que adquira significado para os estudantes do Ensino Fundamental, ao abordar sobre diferentes formas de troca em diferentes sociedades. Para isso, iremos passar em revista as habilidades propostas na BNCC para o 6º ano do Ensino Fundamental e, em seguida, apresentar elementos gerais do debate da economia antiga e refletir sobre as novas possibilidades pedagógicas acerca do tema.

A HISTÓRIA ANTIGA NA BNCC, OS FUNDAMENTOS DO EUROCENTRISMO E A DESNATURALIZAÇÃO DO CAPITALISMO

O objetivo precípua à BNCC trata-se de estabelecer as competências e habilidades fundamentais para os currículos de estados e municípios da fede-

ração, e no caso em destaque, referentes ao componente História. A instituição de tal política educacional nacional, a partir da BNCC, está imbricada com os debates no interior da sociedade de temas relacionados com a cidadania, identidade, alteridade e memória, ressoando sobre quais recortes são considerados relevantes para constar no texto. São conhecidas e amplamente descritas as controvérsias acerca da presença ou ausência de determinados períodos históricos, no decorrer da elaboração do currículo base, como é o caso das denominadas História Antiga e Medieval, assim como da ulterior inserção destas na versão final do documento (XAVIER DE LIMA, 2019; MOERBECK, 2021; CARVALHO; GIRARDI; FIGUEIREDO, 2021). Como resultado disso, os objetos de conhecimento referentes à História Antiga estão presentes na BNCC e foram alocados no 6º ano do Ensino Fundamental, passando a integrar as competências específicas do componente curricular de História. Dentre outras questões, as competências priorizam a compreensão dos acontecimentos históricos e da historicidade no tempo e espaço, relações de poder, movimento de populações e mercadorias, as transformações e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais em diferentes temporalidades e espaços, com o objetivo de levar o discente a posicionar-se no mundo contemporâneo (BRASIL, 2018, p. 402). Entendemos que todos estes elementos podem ser mobilizados a partir do estudo da História Antiga e, especificamente aqui, pela articulação dos elementos que caracterizam a chamada economia antiga.

Porém, como forma de consolidar nossa proposta, torna-se imperativo compreender como a História Antiga foi construída na BNCC e sua relação com o quadro geral da História no currículo base. Em um primeiro enunciado, temos que, apesar de tentativas de reformar os objetos de conhecimento e habilidades com formulações, baseadas em uma historiografia renovada,¹ o texto segue com uma organização tradicional dos conteúdos, dentro de uma perspectiva eurocêntrica. Tendo apontado isto, cabe indicar como esta tendência se expressa na redação da base. De partida, o texto introdutório da seção “História no Ensino Fundamental – Anos Finais [...]” nos apresenta os procedimentos básicos que regem a seleção e abordagem sobre o ensino de história do 6º ao 9º ano, dentre os quais, no primeiro entre três, se lê: “[...] identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma

cronológica e localizando-os no espaço geográfico” (BRASIL, 2018, p. 416). A formulação chama a atenção por determinar, desde então, a noção que pauta quais são os conteúdos relevantes para constar no componente História dos anos finais do Ensino Fundamental: a história do Ocidente e os fenômenos importantes para sua constituição. Isto é, o currículo opta por uma seleção e sistematização de eventos históricos por critérios cronológicos, geográficos e politicamente situados, que apesar de mencionar sua visão “global da história, palco das relações entre Brasil, a Europa, o restante da América, a África e a Ásia ao longo dos séculos” (BRASIL, 2018, p. 416), os organiza dentro de uma concepção que reforça a história enquanto narrativa da ascensão do Ocidente ao estatuto de civilização hegemônica.

Esta proposta pode ser vista desde o resumo das temáticas do 6º ano, apresentado ainda no texto introdutório anteriormente indicado, que após expor que serão trabalhados os registros das primeiras sociedades, será observada a “construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo” (BRASIL, 2018, p. 417). Tal delimitação se desenrola no quadro de Unidades Temáticas (UT), Objetos de Conhecimento (OC) e Habilidades que constam no currículo deste mesmo ano (BRASIL, 2018, p. 420-421), principalmente ao observarmos a inter-relação entre os termos “mundo clássico”, “Ocidente Clássico”, “Antiguidade” e “Antiguidade Clássica”. Na segunda UT do 6º ano, “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades”, torna-se evidente a noção da ascensão de uma sociedade distinta das demais daquele mesmo período, um “mundo” com lógicas próprias, que é denominado pelo tradicional rótulo do “clássico”. Daí notarmos como três nomenclaturas distintas, utilizadas apenas uma vez cada, estão inscritas como sinônimos no currículo: o “mundo clássico” na segunda UT, o “Ocidente Clássico”, no segundo OC da respectiva UT, e “Antiguidade Clássica”, na habilidade que concerne à OC referida. Apesar da habilidade sobre a “Antiguidade Clássica” buscar uma problematização do termo, esta ainda se insere na perspectiva da “tradição ocidental” e estabelece uma separação com os demais “Povos da Antiguidade”, agora sem o qualificativo, entendidos como os egípcios, mesopotâmicos, pré-colombianos e, até mesmo, os povos indígenas do atual território brasileiro, inseridos como OC na UT dantes mencionada, mas que, ao fim, estão associados à Antiguidade das “outras sociedades”. Mesmo que alguns OC e habilidades subsequentes

busquem pontuar aspectos de relações mais amplas, como é o caso dos OC, levantando temáticas sobre organizações do continente africano, ou de habilidades como a EF06HI15, que busca enfatizar “[...] as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado” (BRASIL, 2018, p. 421), demonstrando as influências da história global na historiografia recente sobre a Antiguidade, o que vemos é o enfoque no detalhamento de conceitos sobre a política de Grécia e Roma e, posteriormente, do “mundo medieval”.

Essas considerações corroboram com nosso primeiro enunciado, em que a História Antiga se conforma no currículo como parte fundamental da construção do Ocidente e da tradição clássica a ele associada. Dessa forma, a noção que ainda subjaz à BNCC é a de que a História Antiga se trata do berço da civilização ocidental, portadora de certos valores, ideais e comportamentos que, como se desenvolverá, estão vinculados a um projeto político e a um processo histórico específico. Nesse sentido, o Brasil contemporâneo é entendido como parte do mundo ocidental, e daí residiria a importância em se estudar a Antiguidade, a fim de demonstrar como o Brasil se encaixa neste modelo civilizacional. Trata-se, portanto, de um projeto curricular que baseia o estudo deste passado a partir da identidade: o aluno ou a aluna entrariam em contato com o mundo antigo para que pudessem compreender os elementos que constituem o seu próprio mundo, de onde vieram e de que forma persistem. Esta abordagem tem sido contestada nas produções recentes que refletem sobre o ensino de História Antiga, principalmente ao se considerarem os questionamentos sobre a temática do Eurocentrismo e da construção do “Ocidente”, levantados pela historiografia desde as últimas décadas do século passado, que criticam esta noção de uma Europa dirigente do processo histórico universal e como dianteira do desenvolvimento civilizacional. É a partir dessa problemática que seguiremos nossa argumentação para, na sequência, nos posicionarmos sobre qual o sentido do estudo da História Antiga no ambiente escolar e como a tópico da “economia antiga” nos auxilia nesta perspectiva.

Ao levarmos em conta os princípios que norteiam o ensino de História na BNCC no Ensino Fundamental, observamos que sua visão “global da História” destaca o papel do Ocidente. Este elemento é o que nos permite levantar a problemática: o que é o “Ocidente”? Como argumenta Stuart Hall (2016), a ideia de Ocidente é complexa, pois não reflete uma relação direta com a geo-

grafia terrestre, isto é, não delimita aquelas sociedades que estão a oeste, em oposição àquelas que estão a leste, de um certo ponto. Para o autor, o conceito é fruto de um processo histórico, uma construção discursiva que tem seu ponto de partida no século XVI (HALL, 2016, p. 315). Por certo que Hall, ao escrever seu capítulo sobre a relação entre “O Ocidente e o Resto”, está empenhado em entender as características fundamentais do que chama, conjuntamente a diversos autores, de sociedades modernas. Nesse sentido, compreendemos que falar em “Ocidente” significa categorizar as sociedades humanas entre aquelas que se encaixam em um determinado discurso, daquilo que é ser ocidental e aquelas que estão fora, e que este pertencimento se associa a um “sistema de representações”, associado àquilo que é considerado desenvolvido. Nesse sentido, trata-se também de um modelo comparativo, que permite identificar aquelas sociedades mais próximas ao Ocidente e mais afastadas, isto é, que são mais ou menos desenvolvidas, em situações mais ou menos desejáveis (HALL, 2016, p. 316). É interessante notar que, como indica Hall, a construção do discurso sobre o Ocidente se dá ao longo de um processo histórico delimitado: aquele em que os reinos europeus se lançam aos empreendimentos de exploração colonial, desde o século XVI e se desenvolve até o Iluminismo. Se seguirmos o autor, a ideia de Ocidente se formaria pelo contato com o outro, entendido como o “Resto”, e sua noção de superioridade estaria atrelada à conquista e, posteriormente, à fundamentação científica desse postulado (HALL, 2016, p. 317-319).

Pode-se reconhecer, na reflexão de Hall, o diálogo com as questões acerca do orientalismo e do Eurocentrismo. Trata-se de uma discussão que parte dos mesmos termos, e aqui, a construção do discurso do Ocidente está em associado diretamente ao que Edward Said entendeu por “Orientalismo” (2007), ainda em 1978, quando elaborou sobre como a noção de Oriente foi construída em oposição ao Ocidente (SAID, 2007). Da mesma forma, quando autores recentes criticam o “Eurocentrismo” na historiografia, ainda que por definições sensivelmente diferentes, estes se referem à formulação cultural ou ideológica que identifica na Europa, como sinônimo de Ocidente, o centro do desenvolvimento e modelo civilizacional a ser seguido (AMIN, 2021; BERNAL, 1993, 2005; CONRAD, 2019; GOODY, 2008; WOOD, 2022). Para além disso, a construção do Eurocentrismo e da imagem do Ocidente também se associa a outros conceitos, como o de modernidade e capitalismo, o que levanta ainda outros debates

dentro da historiografia. Para agora, o que nos cabe abordar é que estes conceitos são mobilizados por diferentes autores, a partir da ênfase em momentos históricos distintos, como demonstraremos a seguir.

Ora, se como vimos, Hall entende a construção do Ocidente como um produto dos empreendimentos coloniais do século XVI, e que se desenvolve em conjunto ao discurso científico do Iluminismo (HALL, 2016, p. 317), isso se relaciona diretamente à tese formulada por Samir Amin, em obra de 1988. Para este historiador, o Eurocentrismo trata-se de um culturalismo, e sua construção acompanha o desenvolvimento do capitalismo europeu desde o século XVI, que é o motivo impulsionador das conquistas coloniais (AMIN, 2021, p. 79). Assim como exposto para o caso de Hall, para Amin, seriam os contatos com outras sociedades que levariam à noção de uma superioridade europeia sobre os demais povos (AMIN, 2021, p. 81). Ainda que, para Hall, as “sociedades modernas” não se caracterizem somente pelo capitalismo (HALL, 2016, p. 359), vemos, com Amin, que este pode ser entendido como chave para compreender o desenvolvimento do Eurocentrismo, sendo dois movimentos de um mesmo processo.

Porém, essa noção enseja outros posicionamentos, relacionados aos debates da transição ao capitalismo: se o Eurocentrismo se baseia na dominação do sistema capitalista, então quando suas relações teriam se tornado generalizadas nas sociedades do globo? Se seguirmos as críticas de Ellen Wood sobre o tema, será necessário considerar que o capitalismo não se tratou de um desenvolvimento generalizado da Europa, mas o produto de condições históricas específicas que se desenvolveram na Inglaterra em torno do século XVI (WOOD, 2022, p. 499), cuja dinâmica teria se disseminado para outros lugares do mundo apenas após sua industrialização (WOOD, 2022, p. 501), isto é, depois do século XVIII. Desta forma, seguindo a associação entre capitalismo e Eurocentrismo, é possível visualizar como, mais especificamente, nos discursos científicos dos séculos XVIII e XIX, se formaram as noções de superioridade cultural e civilizacional europeia. É isto que ressalta Edward Said, por exemplo, que vê no final do século XVIII a construção do discurso orientalista (SAID, 2007, p. 29) e Sebastian Conrad, que vê no século XIX a “era da hegemonia europeia” (CONRAD, 2019, p. 38), quando a geopolítica do período, marcada pela dominação mundial pela Europa, influencia diretamente a ela-

boração das histórias nacionais e evolucionistas, que apontavam seu estágio final diretamente para os países europeus (CONRAD, 2019, p. 41-42).

É exatamente este contexto que nos leva a compreender o surgimento da historiografia com suas bases modernas, e, conjuntamente, da própria História Antiga. A escrita deste período histórico esteve vinculada diretamente à legitimação das nações emergentes do século XIX e seu papel foi de estabelecer o ponto de partida da superioridade europeia. Afinal, se o Ocidente se tornou a civilização mais desenvolvida do globo, foi porque tiveram fundamentos antigos: e aqui os gregos, com seu despertar milagroso, assumem o papel de berço civilizacional da Europa e do Ocidente (GUARINELLO, 2019, p. 21-23).

Um autor que demonstrou esta relação entre o contexto político do período e os chamados estudos clássicos foi Martin Bernal, que destacou o papel do neocolonialismo europeu e das influências do romantismo e do racismo na formulação de um modelo formativo da Grécia, baseado na migração de povos arianos, em detrimento às explicações vigentes até então, que considerava as profundas dívidas culturais que os gregos mantinham com as sociedades do Oriente Próximo e da África (BERNAL, 2005). A separação entre civilizações antigas, a partir do modelo ariano do século XIX, se expressa na forma em que a historiografia do século seguinte continuou a tratar o estudo da Antiguidade. Essa historiografia tem sido criticada por autores como Jack Goody que, em diálogo com Bernal, defende a hipótese de que a contribuição do Oriente não é levada em consideração para pensar a formação do mundo moderno e que o passado nos é conceituado e apresentado sob a escala europeia, frequentemente da Europa ocidental e imposta ao resto do mundo (GOODY, 2008). Entre as críticas deste autor está a noção de ruptura entre uma “sociedade arcaica” e a “Antiguidade Clássica”, dentro do próprio período da História Antiga, o que destaca como Grécia e Roma costumam ser tratadas como sociedades mais evoluídas (GOODY, 2008, p. 37). Isso nos faz retomar a reflexão sobre as Unidades Temáticas e Objetos de Conhecimento da BNCC, que apesar de não utilizar do qualificativo “arcaico” para alguns povos, ainda assim os separam daqueles considerados “Clássicos”.

Neste ponto, cabe ressaltar sobre como a periodização da antiguidade também se relaciona com o Eurocentrismo e o sistema socioeconômico no qual, se não se trata de seu fundamento, ao menos é central em sua constituição. Ao impor um modelo civilizacional sobre o globo, a narrativa de ascen-

são da hegemonia do Ocidente também determina, necessariamente, as relações sociais e econômicas que fizeram da Europa a forma de sociedade mais desenvolvida do mundo. Isto é, pretende contar o longo processo de instalação do capitalismo no continente europeu, entendido como a gradual libertação das trocas comerciais, passando desde a experiência greco-romana, que seria interrompida pelas trevas medievais e seu resgate no século XVI, com um capitalismo cada vez mais fortalecido (WOOD, 2022, p. 21-23). Note-se que, além de não receber uma caracterização mais rigorosa por parte da BNCC, o capitalismo é ocasionalmente mencionado, como no último OC do 7º ano, denominado “A emergência do capitalismo”, no que sua habilidade correspondente indica “Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo”. Disto, a responsabilidade de entender tal emergência e a relação entre o que o currículo chama de mercantilismo e o capitalismo é deixada a cargo dos livros didáticos e dos ou das docentes em sala de aula. Se tomarmos as concepções correntes sobre o significado de mercantilismo, torna-se manifesto que é a tese da ascensão do capitalismo, a partir do comércio que permeia o currículo do Ensino Fundamental - Anos Finais, da BNCC.

É com o intuito de superar essa noção que utilizamos da proposta de Ellen Wood, quando a autora argumenta que, para garantir a escrita de uma história não eurocêntrica, é necessário entender que capitalismo é um fenômeno cuja origem está atrelada a certas condições históricas específicas (WOOD, 2022). Por outro lado, é comum nos depararmos com críticas quanto à noção de que o capitalismo teria seu surgimento na Europa, caracterização que é entendida como eurocêntrica em si, afinal, isso significaria que o desenvolvimento comercial e tecnológico seria o destino apenas do continente europeu. Nesse sentido, as formulações marxianas, como a do “modo de produção asiático”, que opõe o dinamismo europeu à estagnação do desenvolvimento econômico oriental, são levantadas como forma de criticar o teórico enquanto eurocêntrico (FRANK, 1998; HALL, 2016, p. 355). O mesmo ocorre com as propostas de outro cientista social, este simpático ao capitalismo, Max Weber, cuja formulação indicava que a forma “patrimonial” oriental não possibilitaria gerar o capitalismo e apenas, a Europa reuniria os elementos necessários para o mesmo (como formas ascéticas de religião, leis racionais, trabalho livre e o crescimento das cidades) (HALL, 2016, p. 355-356).

Concordamos com a crítica ao “anti-Eurocentrismo” quando se refere à

noção de um desenvolvimento do capitalismo como processo europeu geral, como uma forma ou produto da superioridade racial ou cultural europeia. Porém, a questão que se coloca é que o capitalismo não é sinônimo de desenvolvimento comercial e tecnológico. Assim, acentuar a distinção entre as formas capitalistas específicas da Inglaterra de outras sociedades comerciais fora da Europa, em diversos tempos, não é um equívoco, pois tem por base um processo histórico específico, próprio do contexto rural inglês, que acionaram determinadas “leis de movimento” capitalistas (WOOD, 2022, p. 497). Isso não significa que outras sociedades, fora da Europa, não tiveram uma dinâmica altamente comercializada, ou que não estivessem, comparativamente, à frente da Europa em termos tecnológicos e intelectuais, como é o caso da China durante grande parte da história, mas que estas sociedades não se tornaram capitalistas, ou ao menos não até terem sido pressionadas por economias capitalistas já existentes em outros lugares (WOOD, 2022, p. 499). Com isso, temos que a perspectiva da especificidade do capitalismo só é limitante se tomarmos este sistema como referência para o desenvolvimento econômico de todas as sociedades. Pelo contrário, cabe reforçar que o mesmo possui historicidade, o que é fundamental para que o mesmo seja desnaturalizado e ao entender sua origem se possa vislumbrar seu fim.

Por outro lado, cabe-nos reconhecer as limitações marxianas e weberianas em relação à organização social do “Oriente” e, em particular, a ideia de estagnação e despotismo oriental. É inegável que estes autores acabaram reforçando a oposição entre Ocidente e Oriente, articulada com a ideia de capitalismo, tratando o segundo como contraponto ao primeiro (HALL, 2016, p. 356). Ao nos direcionarmos para os estudos da economia antiga, notamos que os trabalhos de autores paradigmáticos, como Karl Polanyi e Moses Finley, seguem esta perspectiva, mesmo que tenham escrito em contextos diferentes. Nos trabalhos de Polanyi, há um destaque no mercado criador de preços, orientado pela lei da oferta e da procura, recente e artificial, como um traço do capitalismo. Nesse sentido, Polanyi se volta para as civilizações pré-capitalistas para demonstrar que não é possível encontrar esse tipo de mercado, naquele momento histórico, pois tais sociedades “arcaicas” são dominadas pela reciprocidade e redistribuição, formas de integração que não são caracterizadas pela troca ou intercâmbio em um mercado autorregulável (POLANYI, 1976, 1977, 2000). A presença de transações lucrativas e de mercado, diferen-

tes do mundo moderno, é encontrada na pólis grega, mas estão ausentes na Mesopotâmia, caracterizada pelas atividades disposicionais, cujo papel econômico da justiça era sancionar as transações sem ganho, especialmente na agricultura, o que evitava o desenvolvimento de mercados. Tanto Weber quanto Polanyi viam um incremento das transações econômicas no Ocidente, mas enquanto Weber observava tais transações marcadas pela ausência de racionalidade econômica, voltada para o lucro, principalmente pela ausência de um mercado livre, não estamental, Polanyi acentua o predomínio de certos tipos de integração e a presença do caráter transacional no Ocidente e disposicional no Oriente (CARVALHO, 2007, p. 148).

Quanto a Moses Finley, este estabeleceu um modelo para caracterizar o “antigo”, no qual tomou o Antigo Oriente Próximo como parâmetro de comparação, apontando as diferenças culturais, sociais e políticas entre o Mediterrâneo e as civilizações do Antigo Oriente Próximo. Sua delimitação parece ser coerente com os modelos weberiano e polanyiano na utilização do Antigo Oriente Próximo como parâmetro de diferenciação com o mundo greco-romano. Segundo Finley (1980), englobar os dois mundos sobre a mesma etiqueta de “antigo” seria ocultar profundas divergências quanto à propriedade, ao comércio e às indústrias privadas. Ele ressalta que apesar da diversidade de arranjos econômicos no mundo greco-romano em uma enorme extensão de tempo e espaço, as condições climáticas e os tipos sociais e políticos dominantes formavam uma abstração bastante fluida. Assim, coerente com a proposta weberiana, Finley (1980, p. 15-34) insistiu na ideia de que era necessário se concentrar nos tipos dominantes, nos modos característicos de comportamento. Como é possível perceber, a diferenciação entre as sociedades da Antiguidade, operada por estes autores, reforça as noções anteriormente mencionadas, de oposição entre sociedades “arcaicas” e “Clássicas”, aquelas inseridas no ambiente Oriental e aquelas que formariam o mundo ocidental moderno.

Ora, é exatamente uma mudança nessa concepção de oposição entre um mundo ocidental e oriental que buscamos propor, a partir das discussões sobre a economia antiga, que permita compreender as relações socioeconômicas da Antiguidade por meio de uma perspectiva comparativa e que aborde noções próprias daquele contexto histórico, sem que haja uma subordinação a um modelo capitalista naturalizado.

UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ABORDAR A ECONOMIA ANTIGA

A justificativa para a presença da História Antiga nos currículos escolares esteve sempre associada à entrada da continuidade, da herança, isto é, aquela que enfatiza uma herança ocidental que o presente teria recebido da Antiguidade Clássica. Como buscamos argumentar até aqui, entendemos que essa perspectiva deve ser superada, a partir do reconhecimento da enorme diversidade de formas socioculturais das experiências dos homens e mulheres, ao longo da história. Os discentes devem enxergar a nossa realidade de forma transitória, observando as persistências e mutações ao longo do tempo. A percepção desses processos contribui para o entendimento da condição complexa e volúvel da natureza humana, por meio de sua dimensão material e simbólica (ZAPATA, 2020).

É notável que, nas reflexões recentes sobre o ensino de História Antiga, tem-se buscado, cada vez mais, uma aproximação ao período que destaque a importância da construção da alteridade (SANTOS, 2019; MOERBECK, 2021; CARVALHO, GIRARDI, FIGUEIREDO, 2021). Entendemos que esse tem sido o caminho mais proveitoso para se superar uma visão evolucionista de história, ao se buscar abordagem histórica que privilegie o intercâmbio e as trocas no seio de comparações entre as diversas sociedades pré-capitalistas. Em vez da sucessão cronológica que privilegia o progresso da humanidade, propomos uma historiografia que dialogue com os desafios enfrentados por um mundo cada dia mais conectado e globalizado (GUARINELLO, 2019; BOVO; DEGAN, 2017).

Nossa proposta busca oferecer uma História Antiga pela via da alteridade. Os e as discentes, amparados pelo livro didático, devem olhar o antigo como um outro, como forma de provocar o pensamento crítico acerca do mundo que o cerca, percebendo-se tanto como produto de processos históricos, quanto como sujeito capaz de agir sobre eles. Entendemos que se o aluno ou a aluna não possui qualquer perspectiva sobre outras formas de comércio, trocas, nunca ouviu falar de reciprocidade, redistribuição e outras formas de organização mercantil, ele ou ela terá menos capacidade de refletir sobre o mundo em seu entorno, tendendo a naturalizar as relações econômicas próprias do capitalismo, que se manifestam em seu cotidiano. Parece-nos evidente que os âmbitos político e cultural costumam ser privilegiados nos livros e

materiais didáticos para apresentar as diferentes sociedades na história, sendo incorporadas atualmente também as questões de gênero, mas a interconectividade e outras formas de organização econômica não são destacadas. Acreditamos ser prolífico retomar a reflexão destas relações com discentes do Ensino Básico, aproveitando que há Objetos de Conhecimento e Habilidades na BNCC que permitem esta abordagem, como o já mencionado OC, “O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio” (BRASIL, 2018, p. 420) e sua respectiva habilidade, de número 15, “Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado” (BRASIL, 2018, p. 421). Pretendemos, a partir daqui, explorar as possibilidades levantadas por estas formulações, discutindo sobre as trocas no alvorecer da revolução urbana e dos diversos tipos de comércio e de mercado.

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO INÍCIO DA SEDENTARIZAÇÃO: A ECONOMIA DOMÉSTICA

Um dos objetos de conhecimento do 6º ano, presentes na BNCC, versa sobre as origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização. Dentre as habilidades correspondentes a esse objeto, a habilidade EF06HI05: “Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas” (BRASIL, 2018, p. 421), pode ser enriquecida com a discussão sobre a economia doméstica, abordada de forma comparativa e transcultural, para o entendimento das transformações sociais e econômicas, advindas do processo de sedentarização.

No alvorecer da sedentarização e da neolitização, as aldeias neolíticas se organizam por meio de unidades produtivas que superam as relações consanguíneas e são responsáveis pelo conjunto completo de atividades de provisão. Além das mercadorias básicas, as *households*² fornecem a seus membros os recursos sociais, psicológicos e econômicos, necessários à reprodução biológica e social do grupo. Apesar de sua diversidade em diferentes contextos históricos, a economia doméstica representa o maior setor de toda a sociedade antiga e pré-moderna e foi por meio de seus recursos e da mobi-

lização do trabalho que emergiram as elites e as instituições que lhes dão suporte (HIRTH, 2020, p. 18).

A autossuficiência da *household*, objetivo principal da economia doméstica (GUDEMAN, 2001, p. 43), não significa unidades isoladas e autônomas que consumiam apenas os bens que elas mesmas produziam. Essa visão da autossuficiência da *household* foi confundida com atraso, primitivismo e arcaísmo. Embora os níveis de produção pudessem variar, muitas *households* regularmente produziam excedentes acima de suas necessidades biológicas ou de subsistência para cumprir obrigações sociais e rituais a fim de satisfazer necessidades especiais e proteger-se do risco de fome. A caracterização do mundo antigo dominado pelo *oikos* (*households*), defendida pelos primitivistas (BÜCHER, 1901), acabou gerando um mal entendido acerca da economia de subsistência, vista como estágio primitivo das economias nacionais. A autossuficiência da *household* também envolvia produção para troca. O comércio era um componente importante da economia doméstica, com interações regulares, com os vizinhos tanto dentro como fora das comunidades, para obter mercadorias e aumentar seu bem-estar econômico. Essas trocas eram regidas pela lógica da reciprocidade, forma de integração bem estudada pela antropologia econômica, na qual as trocas são feitas sob a forma de presentes teoricamente voluntários, mas que são dados e devolvidos de forma obrigatória, sem que haja um elemento formal no processo. Sob a aparência de um ato voluntário, os doadores e receptores estão, na verdade, presos a uma teia de obrigações perfeitamente entendidas pelo conjunto da sociedade. A etnografia e a antropologia se utilizaram de um farto material empírico para delinear os conceitos de dom e contradom (MAUSS, 2002; GODELIER, 2001), cujo papel central da honra e do prestígio formata a hierarquia social (FLORENZANO, 2004, p. 43-66).

A *household*, como uma unidade analítica, é encontrada em todas as sociedades humanas, independentemente de seu tamanho ou complexidade cultural e altamente adaptativa e dinâmica. Pesquisas etnográficas documentaram que as *households* são unidades sociais flexíveis e inovadoras que podem intensificar a produção em condições econômicas favoráveis ou mudar seus regimes de trabalho de acordo com as necessidades. Assim, as *households* usaram as mais diversas estratégias para adquirir recursos e desenvolver redes de trocas com outras *households*. Eis um campo extremamente fértil para se

entender os processos de sedentarização em diferentes civilizações, como as europeias, asiáticas, africanas e da América do Norte. As redes de compartilhamento de alimentos entre *households* foram importantes para a sobrevivência familiar nas sociedades pré-modernas. No entanto, as trocas entre *households* envolviam mais do que alimento; também envolviam a troca de bens acabados, a exemplo do artesanato, utilizado tanto para necessidades rituais quanto pessoais. A produção artesanal especializada data do paleolítico superior (40.000-9000 a.C.), com a produção de estatuetas de cerâmica e espadas de sílex para fins rituais e utilitários. Itens de adorno pessoal, negociados a distâncias de 100-800 quilômetros, incluíam contas e pingentes fabricados de marfim, âmbar, pedra sabão e concha marinha. Obsidiana, para ferramentas de corte afiadas, também percorria mais de 200-600 quilômetros por terra e 600-1000 quilômetros por água. Panelas de cozinha, cestas, vestuário especial, pano ou couros, itens de adorno pessoal, implementos de madeira e ferramentas de corte, bem como estatuetas e outros itens, usados em atividades sociais, rituais e funerárias eram trocados por comunidades de agricultores em várias regiões do planeta. Dessa forma, a produção artesanal é uma estratégia adicional de diversificação que permite que as *households* expandam sua base de subsistência por meio de troca (HIRTH, 2020, p. 21-26).

A reprodução social da *household* envolve o engajamento em atividades intracomunitárias que, muitas vezes, requerem acúmulos ou gastos materiais para alcançar os *status* sociais desejados pelos membros da *household* e seus filhos. Esse engajamento é marcado por festas e celebrações que exigem bens especiais duráveis, obtidos fora da *household*, a exemplo do casamento. Em primeiro lugar, um cônjuge deve ser obtido fora da família, o que muitas vezes, envolvia considerável planejamento, acúmulo econômico e gasto de esforço para mediar a transição. As transações econômicas associadas à obtenção de um cônjuge incluíam noiva, preço de noiva, dote, casamento arranjado, pagamentos de casamento, preço do noivo e serviço de noiva. Assim, a combinação de todos esses fatores levou à criação de economias mistas nas *households*, que iam além da produção de bens de subsistência. As *households* se engajaram em uma mistura de estratégias de produção para produzir bens para seu consumo interno e para troca, além da mobilização da mão de obra. A combinação de diferentes atividades produtivas, tanto para uso quanto para troca, definiu uma economia mista no interior das *households* (HIRTH, 2020, p. 74-77).

O modelo de organização política das *households* foi transplantado para as grandes organizações em algumas sociedades do mundo antigo, como no Egito antigo e no reino da Cananéia de Ugarit. Estes estados foram estruturados por meio de relações pessoais expressas em terminologia familiar e na *household*. A hierarquia foi expressa como um sistema de *households*, aninhado dentro de *households* superiores, com a *household* do governante no ápice. As relações de parentesco e de clientela não são obliteradas pelo nascimento do Estado egípcio, mas o faraó incorpora o chefe de uma grande *household*, com uma corte e líderes locais que agem como chefes de *households* dependentes (MORENO GARCIA, 2012, p. 4; 2020).

A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS, O COMÉRCIO E AS GRANDES ORGANIZAÇÕES

A unidade temática que trata do Antigo Oriente Próximo se insere na unidade temática: “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades”, cujas habilidades acentuam as formas de registro e o significado da cultura material e da tradição oral presente nessas sociedades (BRASIL, 2018, p. 420-421). Não aparece aqui nenhuma menção à Revolução Urbana, cujo pioneirismo é atribuído às planícies da Baixa Mesopotâmia, que representou: 1. um salto organizativo, 2. o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, 3. a organização da mão de obra, e 4. a exploração direta por parte dos especialistas de tempo integral, nos espaços urbanos dos camponeses aldeões. Uma transformação que mudou a paisagem natural e as relações sociais no IV milênio naquela região, precedido pela domesticação das plantas e dos animais, com consequências políticas, culturais e econômicas. Este tema nos parece relevante não como um contraponto à Antiguidade Clássica, mas para entender as dimensões e fontes de poder nas sociedades antigas, destacando-se a diferenciação das tarefas na produção, armazenamento e distribuição de excedentes; a criação de símbolos para a vinculação cultural da população na evolução das cidades e a articulação destes elementos com as fontes de poder econômico, em particular, as trocas mercantis. Perguntas que atravessam várias civilizações do mundo antigo, nas quais Grécia e Roma não assumem protagonismo.

As grandes organizações constituem as instituições formais no mundo

antigo. Sua estrutura econômica é baseada na produção de artigos para a subsistência e para a troca, na mobilização de mão de obra e nos riscos, eficiência e o custo geral dessas operações. Seja por meio do sistema de agricultura irrigada (Mesopotâmia e Egito), produção regional de mercadorias de primeira necessidade, para fornecer comida e bebida em festas em troca de trabalho comunitário de corveia (Incas), combinação de finanças de primeira necessidade e de bens (Astecas), controle sobre artigos de consumo (China), os Estados antigos estabeleceram as mais diversas estratégias de mobilização de mão de obra e recursos para sua sustentação. As mercadorias de bens foram importantes para indivíduos em todas essas sociedades como unidades de valor e armazenagem duráveis; quando necessário, elas podiam ser convertidas em outras mercadorias por meio de troca. Em todas essas sociedades, se utilizou o trabalho comunitário de corveia em graus maiores ou menores dentro desses sistemas diretos de produção. Na Suméria, esse trabalho foi mobilizado para grandes obras e sua evidência aparece nas listas de ração de comida, alocada para trabalhadores, como nas grandes quantidades de “tigelas de ração” com aros, oblíquas, recuperadas nas escavações arqueológicas por todo o sul da Mesopotâmia, durante o III milênio a.C. Entre os astecas, a lógica para o trabalho de corveia foi expressa na obrigação de que todos na sociedade tivessem de servir aos deuses e àqueles indivíduos que os deuses colocaram em autoridade. Entre os incas, estava a obrigação de *mita* (turno) que todos tinham de cumprir, com os homens fornecendo trabalho agrícola, enquanto as mulheres teciam. O caso chinês é algo diferente porque os trabalhadores, envolvidos no monopólio de sal, receberam apoio direto. Todavia, a população geral ainda era responsável pelo trabalho de corveia para diferentes tarefas, incluindo atividades gerais de construção e no transporte de sal e outras mercadorias quando os mercadores não estavam envolvidos em sua distribuição (HIRTH, 2020, p. 151).

As mudanças organizacionais podem ser detectadas nas economias institucionais que parecem estar relacionadas em reduzir custos ou, caso contrário, aumentar o nível de receita líquida. Todas essas mudanças envolviam controle maior sobre trabalho para obter maior eficiência na produção institucional. A armazenagem é um ingrediente chave nos sistemas diretos de produção, tanto na produção de mercadorias de primeira necessidade como no alimento. A armazenagem é uma dessas dimensões de comportamento eco-

nômico que é visível no registro arqueológico em ambos os níveis institucionais e de *household*.

O COMÉRCIO E OS COMERCIANTES DE LONGA DISTÂNCIA

As redes de troca de longa distância desempenham um papel relevante no processo de constituição e fortalecimento das elites cidadinas, no monopólio de símbolos unificadores e no acesso a matérias primas no mundo antigo. De acordo com Yoffee (2013), em sociedades pré-históricas, as trocas são elementos indicadores de desigualdade econômica. No alvorecer da revolução urbana na Mesopotâmia, Liverani (2016) destacou o papel das elites no monopólio das trocas de longa distância, em particular, no período urukiano, durante a primeira urbanização. Essas trocas de matérias primas por produtos manufaturados foram acompanhadas pelo compartilhamento de códigos culturais entre elites que monopolizavam tais trocas, entre eles, o registro escrito. A capacidade de criar e produzir excedentes por meio da exploração direta ou indireta foi acompanhada de um intenso comércio de longa distância, organizado pelas grandes organizações, templos e palácios. Assim, a relação entre produção, organização do trabalho para extração do excedente, seu armazenamento e distribuição, monopólio dos códigos culturais e organização de festas e rituais estão plenamente articulados na legitimação e sustentação do poder do Estado mesopotâmio.

Polanyi (1976, 1977) fortaleceu o papel dos palácios e templos como polos redistributivos, baseado em seu instrumental teórico, as formas de integração, reciprocidade e redistribuição, predominantes no mundo antigo, sendo o comércio de longa distância regido pela lógica da equivalência. Daí a defesa do comércio administrado, no qual os agentes comerciais, funcionários das grandes organizações, operam sem nenhuma pretensão de lucro pessoal, pois seu alto *status* advinha das doações em terras e outros bens diretamente do palácio. Liverani, entretanto, demonstrou que este comércio era administrado na saída do comerciante (*tankarum*), quando ele contabilizava os produtos manufaturados e, na chegada, momento em que era entregue as matérias primas com o mesmo valor dos produtos originais. Porém, entre a saída do palácio e os locais produtores de matérias primas, havia entrepostos nos quais o comerciante tinha liberdade de comercializar, podendo tirar proveito próprio

nessas trocas, desenvolvendo um comércio de caráter lucrativo (LIVERANI, 2016, p. 133-150).

Entretanto, é fundamental articular o comércio com as transformações na tecnologia e com a conectividade entre diferentes povos. O século X a.C. foi palco de transformações importantes no Mediterrâneo. A Idade do Ferro trouxe consigo a difusão da escrita alfabética, oriunda do Mediterrâneo oriental, acompanhada pelos grandes barcos para navegação em alto mar. Os comerciantes foram os primeiros a se valer da escrita, posteriormente difundida pelas elites locais e comunidades ao redor do Mediterrâneo. Navegadores fenícios e gregos estabeleceram colônias e pontos comerciais por todo o mar. O intenso intercâmbio entre essas comunidades, de leste a oeste, fez circular técnicas, ideias, homens e crenças (GUARINELLO, 2019, p. 61-66).

É importante destacar o papel das diásporas comerciais como solução para o problema da fragilidade da comunicação, o transporte perigoso e lento e a necessidade de estabelecer contatos locais por meio dos quais as trocas interculturais podiam acontecer. As diásporas comerciais foram os canais para o movimento contínuo de recursos, durante centenas de anos. Alguns exemplos bem documentados de diásporas comerciais incluem a penetração árabe dentro da África e sudeste da Ásia e as primeiras diásporas sogdianas na Ásia central que estabeleceram alguns dos primeiros contatos milenares, ao longo da Rota da Seda na China (HIRTH, 2020, p. 235-236). A comunidade de Kanesh foi uma importante diáspora comercial, onde os mercadores assírios jovens de Assur descobriram o comércio de longa distância, o que tem sido defendido pelos formalistas como a prova de um comércio regido pela lei da oferta e procura (SILVER, 1995).

O comércio no mundo antigo não era completamente regido pela lei da oferta e da procura, como no capitalismo, mas os mercadores antigos eram pessoas que não abdicaram do lucro. Eles eram empreendedores que buscavam oportunidades para comércio, servindo como intermediários comerciais no transporte de mercadorias. Os lucros fortaleceram suas *households* individuais. Entretanto, os mercadores do mundo antigo não necessariamente eram profissionais em tempo integral, como muitos mercadores assírios ou *pochtecas* astecas certamente eram. Muitas vezes, combinavam suas atividades comerciais com outras buscas de subsistência, como a agricultura, a criação de animais, o empréstimo de dinheiro, a coleta de impostos e o transporte de

mercadorias para outros (HIRTH, 2020, p. 327). A riqueza os levou a dedicarem-se a essas atividades em tempo integral e, em muitos casos, utilizaram seu capital em doações para templo para reforçar seu *status* social dentro da comunidade. Como patronos de templos (GARCIA MORENO, 2020), eles aumentaram seu capital social pessoal, enquanto mantinham controle sobre seu capital econômico.

O MERCADO E AS DIVERSAS FORMAS DE INTERAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Vivemos em um mundo extremamente conectado: *internet*, TV, redes sociais, *Whatsapp* etc. A pretensa onipresença do “mercado” produz uma homogeneidade, naturalidade e neutralidade que procura afastá-lo de qualquer projeto político. Essa percepção liberal do mercado precisa ser desconstruída por meio de uma reflexão acerca da definição de mercado e de sua importância no âmbito das trocas e relações sociais ao longo do tempo.

O sistema de mercado contemporâneo designa um padrão institucional, o do mercado, sustentado na ficção de que seu funcionamento é totalmente autônomo. Os preços teriam a liberdade de se autorregular e, em aparência, não seriam mais sociais, culturais ou políticos, mas sim econômicos. Daí a perspectiva de que a sociedade liberal não apenas englobe uma *economia de mercado*, mas que ela seja uma *sociedade de mercado*, em que a sociedade se encontra *imersa (embedded)* na economia de mercado, e não o inverso.

De acordo com Polanyi (2000, p. 93-94), após a Revolução Industrial, tudo que é produzido pela indústria aparece como algo produzido para a venda, sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço. Na prática, isto significa que deve haver mercado para todos os elementos da indústria, constituindo um Grande Mercado. O trabalho, a terra e o dinheiro, elementos essenciais da indústria, também têm que ser organizados em mercados e formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. No entanto, o trabalho é uma atividade humana, não é produzida para venda e não pode ser destacada do resto da vida, pois não pode ser armazenada ou mobilizada. Antes da emergência de uma sociedade de mercados, o trabalho, extraído na forma de força de trabalho, não necessariamente é objeto de trocas

mercantis que estruturam a produção do conjunto da sociedade. Assim, a sociedade de mercado é baseada em uma organização cultural com base em ficções específicas. Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro.

Esse marco divisor histórico, estabelecido por Polanyi, foi de grande valia para a desmistificação da naturalidade dos mercados e das trocas. Entretanto, sua ideia evolutiva de que as instituições econômicas estão imersas (*embedded*) em todos os âmbitos da sociedade no mundo pré-capitalista³ e que se autonomizam (*disembedded*), objeto da “Grande transformação” que dá nome à sua obra e de que as sociedades tradicionais e os grandes impérios arcaicos têm fortemente resistido a tudo o que vai em direção a uma autonomização do econômico e do mercado se encontram atualmente sob forte questionamento.

No mundo grego, é possível perceber um processo de *disembedding* (autonomia) do político em relação ao econômico, por meio das seguintes evidências: 1. O papel dos comerciantes estrangeiros, particularmente o *naukleros* e *emporos*, caracterizados como uma massa de proletários a serviço da Cidade-Estado, como um estamento negativamente privilegiado, perde seu fundamento depois da Guerra do Peloponeso, em Atenas; e 2. A concessão de honras, como a *proxenia*, o direito ao acesso à propriedade da terra e o próprio acesso à cidadania são evidências claras da inserção destes setores ao estamento positivamente privilegiado dos cidadãos. Isso denota fissuras nas relações sócio-políticas de uma economia *embedded*, na medida em que os comerciantes, longe de se tornarem um grupo social diferenciado e autônomo, graças ao seu papel e atividades econômicas, se transformam, não todos é claro, em elementos constitutivos daquela sociedade, legitimando o *status quo*, o domínio de um estamento positivamente privilegiado, a comunidade de cidadãos (BURKE, 1992, p. 210).

Nos períodos romano e helenístico, a economia das cidades gregas era constituída de uma grande variedade em que podemos, simplificando, reconhecer três níveis sobrepostos e parcialmente interligados: uma fragmentação de produção e de trocas locais, variadas e em parte autárquicas, uma multidão de mercados regionais bem desenvolvidos onde se negociavam muitos produtos e diversas redes de intercâmbio em grande escala para uma série de produtos, incluindo itens de luxo. É claro que os dois últimos níveis de ativi-

dades se encontram principalmente orientados para o mercado (MIGUEOTE, 2008, p. 81).

O conceito de economia de mercado não se aplica à maioria das sociedades antigas por duas razões: primeiro, porque uma economia de mercado não é simplesmente uma economia com lugares de mercados. Muitas sociedades antigas tinham sistemas complexos de mercado, mas não mercados de terra, trabalho ou capital. As regras e condições que governaram o acesso a essas mercadorias se davam por meio das relações sociais e não econômicas. Os lugares de mercado podiam mobilizar mercadorias de alto valor, usadas pelas elites e para consumo institucional, mas a razão de ser para o desenvolvimento da maioria dos lugares de mercado foi abastecer as *households* com alimento e mercadorias de primeira necessidade. Os lugares de mercado viabilizaram as trocas, com uma ideologia e comportamentos específicos que permitiam a interação econômica de diferentes indivíduos, que poderiam participar das trocas na mesma condição, daí se desenvolverem em espaços de fronteiras, erigidos socialmente por patrocinadores, privados ou públicos. É por essa razão que o “lugar” onde os mercados de troca, em larga escala, ocorreram deve ser diferente: um lugar à parte, onde regras ou modos normais de interação social não se aplicam. Assim, pessoas com pouca ou nenhuma conexão social podem negociar valor e aceitar ou rejeitar trocas sem consequências sociais imediatas ou posteriores (HIRTH, 2020, p. 275-317).

A extrema diversidade e variabilidade geográfica e histórica é fundamental para entendermos desenvolvimentos diversos no tempo e espaço do mercado. Alguns pontos do planeta, provavelmente aqueles que estavam acessíveis ao transporte por água, conheceram ou têm conhecido, em graus diversos, de uma forma ou de outra, o mercado autorregulador, enquanto outros pontos ignoraram-no até muito recentemente. O principal erro dos economistas liberais é a concepção do mercado como uma coisa, que poderia impor sua vontade, sem se preocupar com a forma em que ela contribui para a unidade, ou, ao contrário, para a ruptura das sociedades em causa. Pode-se supor que nas sociedades mercantis antigas “tudo é comprado e vendido”, mas, diferente das sociedades mercantis atuais, esta sociabilidade mercantil se inclina para outra sociabilidade, como a religiosa ou altruísta. É a articulação dessas sociabilidades que deve ser interrogada no Ensino de História, para que se perceba a alteridade, a exemplo da impessoalidade nas relações mercantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma reflexão sobre a relação entre a BNCC e a organização tradicional da História Antiga, foi possível delimitar os fundamentos eurocêntricos que sustentam uma noção de currículo que visa identificar os e as discentes com a chamada Antiguidade Clássica, afastando-os de uma percepção da multiplicidade do período em questão. Da mesma forma, ao ressaltar sobre como a perspectiva econômica permanece preterida no ensino escolar, buscamos retomá-la com o objetivo de desnaturalizar as relações econômicas que hoje se apresentam na experiência cotidiana dos alunos e das alunas. Assim, ao entendermos que a economia antiga se apresenta como um campo instigante para a construção da alteridade discente, levantou-se debates, casos e exemplos históricos, como forma de observar, comparativamente, como certas relações e fenômenos podem ser compreendidos por suas semelhanças e diferenças no processo histórico.

Inserida no amplo campo da historiografia global, é possível abordar a economia antiga por meio de múltiplos modos de produção e distribuição, que coexistiram por longos períodos de tempo, como a reciprocidade, redistribuição e os lugares de mercados. Ao abordar a economia doméstica e as mais diversas formas de solidariedade construídas por meio do dom e contradom, os discentes vão poder perceber a riqueza das diversas soluções que os homens e mulheres, em diversas temporalidades, procuraram resolver seus problemas de subsistência, sem cair no binômio entre arcaico e atrasado e o moderno e desenvolvido, fortemente relacionado com os conceitos de Ocidente e Oriente. Assim, nos parece que o grande desafio do ensino de História Antiga, para estabelecer as diferenças entre a economia antiga e moderna, é a construção de um quadro comparativo de organizações econômicas em um plano de longa duração, sem abrir mão das especificidades e contextos.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- BERNAL, M. *Atenea Negra*. Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica. Vol. 1: La invención de la antigua grecia, 1785-1985. Barcelona: Crítica, 1993.
- BERNAL, M. A imagem da Grécia como uma ferramenta para o colonialismo e para

- hegemonia europeia. Tradução de Fábio Adriano Hering. In: BERNAL, M.; CANFORA, L.; FUNARI, P. P.; OLIVEIRA, L. Repensando o mundo antigo. *Textos Diadáticos*, n. 52. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005, p. 13-31.
- BOVO, M. R, DEGAN, A. As temporalidades recuadas e sua contribuição para a aprendizagem histórica: o espaço como fonte para a História Antiga e Medieval. *História Hoje. Revista de História e Ensino*, v. 6, n. 12, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BÜCHER, K. *Études d'histoire et d'économie politique*. Bruxelas; Paris: Henri Lamer-tin Éditeur & Félix Alcan Éditeur, 1901.
- BURKE, E. M. The Economy of Athens in the classical Era: some adjustments to the primitivism model. *Transactions of the American Philological Association*, v. 122, p. 199-226, 1992.
- CARVALHO, A. G. *Historiografia e paradigmas: a tradição primitivista substantivista e a Grécia antiga*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- CARVALHO, A. G.; GIRARDI, L. W.; FIGUEIREDO, C. F. Diálogos entre a História Antiga e o Ensino de História: a história global no currículo da BNCC do sexto ano. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, n. 23, 2021.
- CHEVITARESI, A. L; CORNELI, G; SILVA, M. A. O. *A tradição clássica e o Brasil*. Brasília: Editora Fortium, 2008.
- CONRAD, S. *O que é História global*. Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.
- FINLEY, M. *A Economia Antiga*. Porto: Ed. Afrontamento, 1980.
- FLORENZANO, M. B. A reciprocidade e a Grécia Antiga. In: CARVALHO, A. G. *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- FRANK, A. G. *Reorient*. Global economy in the Asian Age. California: University of California Press, 1998.
- GODELIER, M. *O enigma do Dom*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- GOODY, J. *O roubo da História*. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. Tradução de Luiz Sérgio Duarte da Silva. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- GUDEMAN, S. *The Anthropology of Economy*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

- HALL, S. O Ocidente e o Resto: Discurso e Poder. *Projeto História*, São Paulo, n. 56, p. 314-361, 2016.
- HIRTH, K. The organization of Ancient economies. A global perspective. Cambridge: Cambridge University Press. 2020.
- LIVERANI, M. *Antigo Oriente*. História, sociedade e economia. São Paulo: Edusp, 2016.
- MAUSS, M. *The gift*. The form and the reason for exchange in archaic societies. London, New York: Routledge Classics, 2002.
- MIGEOTTE, L. Les cites grecques: une économie à plusieurs niveaux. In: ROMAN, Y.; DALAISON, J. *L'économie antique, une économie de marché?* LyonParis, 2008. p. 69-86.
- MOERBECK, G. Em defesa do Ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. *Brathair*, São Luís, v. 1, n. 21, p. 50-91, 2021.
- MORENO GARCIA, J. C. Households. *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, Los Angeles, p. 1-10, 2012.
- MORENO GARCIA, J. C. *The State in Ancient Egypt*. Power, Challenge and Dynamics. London, New York: Bloomsbury Academic. 2020.
- POLANYI, K. *The livelihood of man*. New York; San Francisco; London: Academic press, 1977.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, M.; PEARSON, H. W. *Comercio y mercado en los imperios antiguos*. Tradução de Alberto Nicolás. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.
- SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, D. O Ensino de História Antiga no Brasil e o Debate da BNCC. *Outros Tempos*, São Luís, v. 16, n. 28, p. 128-145, 2019.
- SILVER, M. *Economic Structures of Antiquity*. Londres: Praeger, 1995.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- WOOD, E. M. Anti-eurocentrismo eurocêntrico. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 1, p. 490-504, 2022.
- XAVIER DE LIMA, D. M. Uma história contestada: a História Medieval na Base Nacional Curricular Comum Curricular (2015-2017). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26, p. 1-21, 2019.
- YOFFEE, N. *Mitos do Estado arcaico*. São Paulo: Edusp, 2013.

ZAPATA, H. M. H. ¿Tiene sentido estudiar historia antigua del cercano Oriente hoy? Tres razones y algunas reflexiones. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 84, p. 193-216, 2020.

NOTAS

¹ Para o caso da História Antiga, ressaltamos as habilidades EF06HI08 (“Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras.”), EF06HI15 (“Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.”) e EF06HI19 (“Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.”) (BRASIL, 2018, p. 421).

² As *households* são as principais unidades de produção da economia doméstica.

³ De acordo com Polanyi, em tais sociedades, nem o processo de produção, nem o de distribuição estão ligados a interesses econômicos específicos, relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a interesses sociais, sendo natural que estes interesses sejam muito diferentes em uma pequena comunidade de caçadores ou pescadores e em uma ampla sociedade despótica, mas, tanto em uma como em outra, o sistema econômico é dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 2000, p. 65).



Artigo submetido em 15 de setembro de 2022.
Aprovado em 30 de novembro de 2022.